

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA  
Quarta Câmara Cível

Processo: APELAÇÃO CÍVEL n. 0531139-65.2018.8.05.0001

Órgão Julgador: Quarta Câmara Cível

APELANTE: CHARLLES TULLIO FRANCISCO SOUZA

Advogado (s): RUBEM CARLOS DE OLIVEIRA RAMOS

APELADO: ESTADO DA BAHIA

Advogado (s):

APELAÇÃO CÍVEL. POLICIAL MILITAR. ESTADO DA BAHIA. AUXÍLIO TRANSPORTE. PREVISÃO EXPRESSA NO ESTATUTO DA POLÍCIA MILITAR. REGULAMENTAÇÃO. OMISSÃO INCONSTITUCIONAL. TESE FIRMADA NO IRDR Nº 0007725-69.2016.8.05.0000. RECONHECIMENTO DO DIREITO NA FORMA DO PRECEDENTE VINCULANTE. NATUREZA DO AUXÍLIO QUE JÁ SUPRE GASTOS REALIZADOS. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0531139-65.2018.8.05.0001, em que é Apelante CHARLLES TULLIO FRANCISCO SOUZA e como Apelado ESTADO DA BAHIA. ACORDAM os Desembargadores componentes da Turma Julgadora da Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça da Bahia, à unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso, ante as razões a seguir expostas.

Sala de Sessões, o de 2022.

Des. Roberto Maynard Frank  
Relator

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA  
QUARTA CÂMARA CÍVEL

DECISÃO PROCLAMADA

Conhecido e provido Por Unanimidade  
Salvador, 19 de Setembro de 2022.

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA  
Quarta Câmara Cível

Processo: APELAÇÃO CÍVEL n. 0531139-65.2018.8.05.0001

Órgão Julgador: Quarta Câmara Cível

APELANTE: CHARLLES TULLIO FRANCISCO SOUZA

Advogado (s): RUBEM CARLOS DE OLIVEIRA RAMOS

APELADO: ESTADO DA BAHIA

Advogado (s):

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Apelação interposto por CHARLLES TULLIO FRANCISCO SOUZA contra sentença que julgou improcedente o pedido preambular, nos termos do dispositivo a seguir transcrito:

"Enfatize-se, finalmente, a indispensabilidade da regulamentação normativa do dispositivo legal em questão e, conseqüentemente, a impossibilidade de deferir a ordem mandamental pleiteada neste procedimento, vez que a apuração do quantum mensal devido ao policial, à título de auxílio-transporte, demanda a pré-fixação de critérios concretos e específicos para instrumentalizar a aplicação de tal regra, tais como o meio e o sistema de transporte utilizados, a distância percorrida pelo servidor, dados referentes ao endereço residencial e aos deslocamentos diários e mensais no trajeto residência-trabalho, o valor das tarifas pagas ao prestador do serviço de transporte no período, dentre outros.  
(...)

Pelo que se expendeu retro e mais do que nos autos consta, hei por bem julgar IMPROCEDENTES OS PEDIDOS ARTICULADOS NA INICIAL, motivo pelo qual determino a extinção do processo, com julgamento do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil (CPC)."

Inconformado com a sentença, o requerente apresentou apelação onde sustentou, em síntese, que na data da sentença já havia decreto regulamentador sobre o direito de pagamento do auxílio transporte, assim como entendimento firmado pelo Tribunal de Justiça através do IRDR n.º 0007725-69.2016.8.05.0000.

Além da reforma do julgado para ver reconhecido o direito ao auxílio transporte, pugnou pelo pagamento dos valores retroativos. O apelado apresentou contrarrazões afirmando que o autor já recebe a parcela e, alternativamente, pugnando pelo julgamento e desprovimento do apelo.

Distribuídos os autos nesta instância, coube-me o encargo de relator. Relatado o feito, peço pauta para julgamento.  
Salvador, de 2022.

Des. Roberto Maynard Frank  
Relator

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA  
Quarta Câmara Cível

Processo: APELAÇÃO CÍVEL n. 0531139-65.2018.8.05.0001

Órgão Julgador: Quarta Câmara Cível

APELANTE: CHARLLES TULLIO FRANCISCO SOUZA

Advogado (s): RUBEM CARLOS DE OLIVEIRA RAMOS

APELADO: ESTADO DA BAHIA

Advogado (s):

VOTO

#### 1 – JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE

Devidamente examinados, verifico que se encontram preenchidos os pressupostos de admissibilidade, motivo pelo qual conheço do recurso.

#### 2 – MÉRITO

Trata-se de Recurso de Apelação interposto por CHARLLES TULLIO FRANCISCO SOUZA contra sentença que julgou improcedente o pedido preambular, nos termos do dispositivo a seguir transcrito:

“Enfatize-se, finalmente, a indispensabilidade da regulamentação normativa do dispositivo legal em questão e, conseqüentemente, a impossibilidade de deferir a ordem mandamental pleiteada neste procedimento, vez que a apuração do quantum mensal devido ao policial, à título de auxílio-transporte, demanda a pré-fixação de critérios concretos e específicos para instrumentalizar a aplicação de tal regra, tais como o meio e o sistema de transporte utilizados, a distância percorrida pelo servidor, dados referentes ao endereço residencial e aos deslocamentos diários e mensais no trajeto residência-trabalho, o valor das tarifas pagas ao prestador do serviço de transporte no período, dentre outros.

(...)

Pelo que se expendeu retro e mais do que nos autos consta, hei por bem julgar IMPROCEDENTES OS PEDIDOS ARTICULADOS NA INICIAL, motivo pelo qual determino a extinção do processo, com julgamento do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil ( CPC).”

Inconformado com a sentença, o requerente apresentou apelação onde sustentou, em síntese, que na data da sentença já havia decreto regulamentador sobre o direito de pagamento do auxílio transporte, assim como entendimento firmado pelo Tribunal de Justiça através do IRDR n.º

0007725-69.2016.8.05.0000.

Além da reforma do julgado para ver reconhecido o direito ao auxílio transporte, pugnou pelo pagamento dos valores retroativos. O apelado apresentou contrarrazões afirmando que o autor já recebe a parcela e, alternativamente, pugnando pelo julgamento e desprovimento do apelo.

Distribuídos os autos nesta instância, coube-me o encargo de relator.

Quanto à alegação de carência de ação, os contracheques dos autos demonstram que o autor não recebe o auxílio transporte. Já a alegação de pagamento da verba, aduzida pelo Estado não está amparada em documento ou qualquer outra prova.

Impende salientar, sobre o tema, que este Egrégio Tribunal fixou a seguinte tese jurídica vinculante:

“em relação ao período anterior à vigência do Decreto Estadual nº 18.825/2019, a concessão/pagamento do auxílio-transporte aos policiais militares do Estado da Bahia deve ser apreciada, na mesma conta e época da remuneração mensal, de acordo com o quanto previsto no art. 3º caput, e §§ 1º, 2º, 3º e 4º, do Decreto Estadual nº 6.192/97, observando-se que o valor do benefício deverá ser calculado de acordo com o número de deslocamentos diários de transporte coletivo realizado, o número de dias em que o beneficiário deva comparecer ao serviço no mês de referência e o valor da tarifa oficial”.

Vê-se, pois, o descompasso da sentença combatida com a tese firmada, chamando atenção ainda o fato de que o julgado vergastado está lastreado em precedente antigo desta Corte, já superado, conforme ementas mais atuais abaixo transcritas:

MANDADO DE SEGURANÇA. AUXÍLIO-TRANSPORTE. POLICIAL MILITAR. ILEGITIMIDADE PASSIVA. REJEIÇÃO. LEI ESTADUAL DE EFICÁCIA CONTIDA. AUSÊNCIA DE REGULAMENTAÇÃO POR PERÍODO DE QUATORZE ANOS. OMISSÃO INJUSTIFICADA DO PODER EXECUTIVO. NORMA REGENTE DOS SERVIDORES CIVIS. APLICAÇÃO TEMPORÁRIA DESTA REGULAMENTAÇÃO. 1. São legítimos o Secretário da Administração e o Comandante Geral da Polícia Militar do Estado da Bahia para promover a extensão de efeitos pecuniários de leis já regulamentadas aos policiais militares. 2. Conquanto ausente a regulamentação de direito legalmente garantido à classe dos policiais militares (auxílio-transporte), por período que já dura mais de uma década, é possível a atuação do Poder Judiciário para determinar a aplicação de norma já estabelecida em estatuto próprio, porém não regulamentada devido à contumaz omissão do Executivo. 3. Ausente a regulamentação do direito ao auxílio-transporte aos policiais militares, mostra-se acertada a incidência temporária daquela experimentada pela norma que rege os servidores públicos civis. Segurança concedida. (Classe: Mandado de Segurança, Número do Processo: 0025681-35.2015.8.05.0000, Relator (a): Rosita Falcão de Almeida Maia, Seção Cível de Direito Público, Publicado em: 14/05/2016 ) (TJ-BA – MS: 00256813520158050000, Relator: Rosita Falcão de Almeida Maia, Seção Cível de Direito Público, Data de Publicação: 14/05/2016)

MANDADO DE SEGURANÇA. AUXÍLIO-TRANSPORTE. POLICIAL MILITAR. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DOS IMPETRADOS. REJEIÇÃO. AUTORIDADES RESPONSÁVEIS PELO CONTROLE E EFETIVO PAGAMENTO DOS SERVIDORES CIVIS E MILITARES

VINCULADOS AO ESTADO DA BAHIA. MÉRITO. LEGISLAÇÃO ESTADUAL DE EFICÁCIA CONTIDA. AUSÊNCIA DE REGULAMENTAÇÃO POR PERÍODO PROLONGADO. INÉRCIA DO PODER EXECUTIVO. APLICAÇÃO ANALÓGICA DA NORMA DE REGÊNCIA DOS SERVIDORES CIVIS. 1. A preliminar de ilegitimidade passiva do Secretário da Administração do Estado da Bahia não deve ser acolhida. Sua inclusão no polo passivo se justifica pelo fato de se tratar da autoridade responsável pelo controle e pelo pagamento dos servidores militares e civis vinculados ao Estado da Bahia; Precedentes da Seção Cível de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. 2. Na mesma toada, também merece rejeição a prefacial de ilegitimidade passiva do Comandante Geral da Polícia Militar, mormente considerando que se trata de dirigente máximo do órgão, possuindo a prerrogativa de expedir as recomendações necessárias ao cumprimento da decisão judicial. Precedentes da Seção Cível de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia; 3. Adentrando no mérito, deve ser reconhecido o direito do impetrante ao recebimento do auxílio-transporte, conforme assegurado pelo Estatuto da Polícia Militar, não sendo concebível que o Estado da Bahia, utilizando-se do argumento da ausência de regulamentação, deixe de pagar aos servidores militares benefício previsto em lei- art. 92, V, h, da Lei Estadual nº 7.990/01; 4. Interpretação analógica do Decreto nº 6.192/97, que dispõe sobre a concessão de auxílio-transporte aos servidores públicos civis; 5. O pagamento deve retroagir à data da impetração do mandamus e não da admissão do impetrante no serviço público, conforme súmulas 269 e 271, do STF; 6. Quanto à alegação de que a todos os milicianos é concedida a gratuidade do transporte urbano na Capital, por meio do cartão smart card, observa-se que tal afirmação não tem o condão de infirmar o pagamento do benefício, haja vista que o legislador não especificou que o auxílio transporte somente seria devido a quem utilize do serviço público de transporte coletivo; 7. Por fim, a Lei de Responsabilidade Fiscal, que regulamentou o art. 169 da Constituição Federal de 1988, fixando limites de despesas com pessoal dos entes públicos, não pode servir de fundamento para elidir o direito dos servidores públicos de perceber vantagem legitimamente assegurada por lei. Precedentes do e. Superior Tribunal de Justiça e do c. Supremo Tribunal Federal. 8. Preliminares rejeitadas. Segurança concedida em parte. (Classe: Mandado de Segurança, Número do Processo: 0027106-97.2015.8.05.0000, Relator (a): Carmem Lucia Santos Pinheiro, Seção Cível de Direito Público, Publicado em: 17/05/2016 ) (TJ-BA – MS: 00271069720158050000, Relator: Carmem Lucia Santos Pinheiro, Seção Cível de Direito Público, Data de Publicação: 17/05/2016)

Portanto, adequando a sentença ao que decidido no IRDR nº n.º 0007725-69.2016.8.05.0000, impositivo dar provimento ao recurso do autor, reconhecendo o direito ao pagamento do auxílio transporte, na forma da tese vinculante formada, observada a prescrição quinquenal. Face a reversão da condenação, fixo honorários advocatícios de sucumbência na maior alíquota legal.

### III – CONCLUSÃO

Por tais razões, o voto é no sentido de conhecer e dar provimento ao recurso, conforme fundamentação.

Sala de Sessões, em de 2022.

Des. Roberto Maynard Frank

Relator